Autopista Planalto Sul

arteris

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado: Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

27. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: Riscos de mercado: a) Exposição a riscos cambiais: Em 31 Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Sociedade não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 17/12/2008, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento/Redução em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	4,50%	5,63%	6,75%
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures (*)	(2.081)	(2.508)	(2.934)
Receita de aplicações financeiras	1.019	1.274	1.529
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(1.062)	(1.234)	(1.405)
TJLP	5,57%	6,96%	8,36%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(19.882)	(23.297)	(26.711)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(19.882)	(23.297)	(26.711)
IPCA	3,60%	4,50%	5,40%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(20.727)	(22.498)	(24.269)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(20.727)	(22.498)	(24.269)
Juros a incorrer líquido	(41.671)	(47.029)	(52.385)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 03/01/2020, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. c) Risco de crédito: Em 31/12/2019 a Sociedade apresentava valores a receber de R$6.652 (R$5.962 em 31/12/2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. d) Risco de liquidez e gestão de capital: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Capital de giro	10,47%	245	–	–	–	–	245
Finame	8,70%	57.609	31.347	43.601	46.933	99.802	279.292
Partes relacionadas	1,00%	–	37.531	–	–	–	37.531
Debêntures – IPCA	9,87%	22.131	14.325	21.709	29.683	72.692	160.540
Fornecedores e cauções contratuais	–	18.822	–	–	–	–	18.822
Fornecedores partes relacionadas	–	950	–	–	–	–	950
Outras contas a pagar	–	5.666	–	–	–	–	5.666
		105.423	83.203	65.310	76.616	172.494	503.046

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.01 a 31.03. 2020	01.04 a 30.06. 2020	01.07 a 30.09. 2020	01.10 a 31.12. 2020	Total
Capital de giro	10,47%	245	–	–	–	245
Finame	8,70%	18.011	13.276	13.276	13.046	57.609
Partes relacionadas	1,00%	–	–	–	–	–
Debêntures – IPCA	9,87%	–	–	–	22.131	22.131
Fornecedores e cauções contratuais	–	13.834	–	–	4.988	18.822
Fornecedores partes relacionadas	–	950	–	–	–	950
Outras contas a pagar	–	5.666	–	–	–	5.666
		38.706	13.276	13.276	40.165	105.423

28. Informações por Segmento de Negócio – A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

29. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31/12/2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	68.680

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31/12/2019 é de R$89.614 e dezembro de 2018 de R$61.328.

30. Eventos Subsequentes – Abaixo relação de integralização de capital ocorridas na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
20/01/2020	AGE*	500
05/02/2020	AGE**	200
		700

(*) Integralização conforme ata do dia 19/07/2019.
(**) Integralização conforme ata do dia 19/01/2020.
Em 20/01/2020, a sociedade captou o montante de R$13.000 referente a Debêntures Privadas com Arteris S.A.

Diretoria

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações
Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Sérgio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações
Marcia Fragoso Soares
Diretora de Manutenção
Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Conselho de Administração

Andre Dorf – Conselheiro
Flavia Lucia Mattioli Tâmega – Conselheiro
Marco Antonio Giusti – Conselheiro

Contador

Adriano Joni Grohskopf – CRC-SC 028.502/0-3 S-PR

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.

Opinião – Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião – Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – *Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.* Em 20 de fevereiro de 2018 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujo balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 está sendo reapresentado. Em 27 de fevereiro de 2019 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo balanço patrimonial e fluxos de caixa estão sendo reapresentados. Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a reclassificação de parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial por mudança de política contábil da Sociedade. Essa reapresentação está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos – *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria – Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:* A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto. *Ativo intangível – Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível:* O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias e representa 86% do total do ativo nas demonstrações contábeis. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível da Sociedade, que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria, porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos; e na nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor – A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis – A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis – Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 20 de fevereiro de 2020.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2SP 011.609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1SP 253.932/O-4

Deloitte.